

ENTREVISTA: Júlio Miragaya

# Da fragilidade do modelo, criou-se o caos

Erro do governo foi permitir a invasão do mercado pelos produtos importados e apostar no financiamento da dívida pelo dinheiro especulativo

Fábio Lucas  
de Brasília



Júlio Miragaya

O novo presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon/DF), também presidente do Sindicato dos Economistas do Distrito Federal, tem duas tarefas pela frente. A primeira, mais ligada à função fiscalizadora do Corecon, na articulação de resistência contra a desregulamentação da profissão, que vem se verificando principalmente na abertura dos concursos públicos na área de economia para profissionais de outras especialidades, ou mesmo sem qualquer qualificação. A outra é fazer os economistas de Brasília e a população em geral se voltarem mais para os problemas regionais, deixando um pouco a tendência da capital de se debruçar sobre as questões nacionais. Nesta entrevista, o petista Júlio Miragaya tece críticas ao ex-governador Cristovam Buarque, diz que não adianta mudar o presidente do Banco Central porque é o modelo econômico escolhido pelo governo federal que está equivocado, aponta algumas opções a esse modelo, e arisca uma profecia: o governo Joaquim Roriz será um governo de frustrações.

**GZMDF** - Por que você resolveu combater a desregulamentação da profissão de economista?

**Miragaya** - Existe um certo impulso, hoje, no sentido de desregulamentar o mercado de trabalho de uma maneira geral. Tudo para permitir que os empresários tenham uma total flexibilização do fator-trabalho, desde a possibilidade de barateamento até a possibilidade de se utilizar quem eles bem entenderem, independentemente de sua qualificação.

**GZMDF** - O que o fato de não ser economista atrapalharia o desempenho da função?

**Miragaya** - Quando chegar esse momento, aquela pessoa não vai estudar como estudou no período do concurso, e vai ter uma enorme dificuldade. No caso do setor público, o governo vai ter em seus quadros pessoas sem a devida formação básica. O prejuízo para o setor público é enorme.

**GZMDF** - E que ações o Conselho pode tomar para que esta desregulamentação não avance?

**Miragaya** - Na verdade é uma ação política que envolve outras categorias profissionais. É uma luta muito difícil, até porque os interesses que estão

via uma discussão sobre a economia local. Temas como o desemprego, o esgotamento do setor público, têm sido debatidos e isso tem sido reproduzido em suplementos especiais na Gazeta Mercantil. Rapidamente nossa iniciativa se transformou em uma referência sobre a realidade da capital.

**GZMDF** - Até antes do governo Itamar Franco, por conta da sequência de pacotes frustrados, tinha-se uma imagem muito negativa dos economistas. Você acha que isso mudou depois do Plano Real?

**Miragaya** - Teve uma época que o economista estava muito desgastado. Foi no tempo da Zélia (ex-ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Melo). O economista estava com a imagem lá embaixo. Eu costumava até brincar com as pessoas quando era apresentado: "Sou economista, mas não do governo", pra deixar claro que eu não tinha nada a ver com aquela política. Quem conduz a política econômica do governo federal é um grupo pequeno de economistas. E as medidas econômicas têm sido sucessivamente negativas. É óbvio que a imagem do economista como um todo fica arranhada.

**GZMDF** - Talvez por conta desse prestígio junto ao meio político e ao próprio presidente da República, é que a opinião pública transfere a imagem do "economista de governo" para o economista de um modo geral.

**Miragaya** - A economia está no centro da vida das pessoas. Quando a gente pensa no governo de Castelo Branco; lembro logo de Roberto Campos; no de Médici, lembra do Simonsen; Delfim Netto teve um poder imenso; mais recentemente, o Funaro no governo Sarney. Difícilmente escapa da memória das pessoas o nome dos ministros da Economia. O que a Fazenda decide pode mexer com todos os ministérios. E não tem como o presidente da República, não só no Brasil, tentar relegar a um plano secundário o Ministério da Fazenda.

**GZMDF** - O Conselho Federal de Economia defende que o ajuste das contas públicas deve aliar a viabilização dos estados e municípios com o atendimento às áreas sociais. Para que se atinja esse objetivo, será preciso a renegociação da dívida externa, ou será possível se alcançar isso pagando os juros no nível atual?

**Miragaya** - Eu acho que não é possível. O problema é que

não adianta mudar Gustavo Franco, ou mesmo mudar o Malan (Pedro Malan, ministro da Fazenda). Tem que mudar o modelo. O modelo que foi pré-implantado já no governo Fernando Collor, teve uma continuidade com o ex-presidente Itamar Franco e se consolidou com Fernando Henrique, é o seguinte: vamos nos inserir na economia mundial. Só que isso foi feito sem nenhum critério. Escancararam as portas, e o Brasil talvez seja hoje um dos países mais desprotegidos em termos da sua indústria nacional.

**GZMDF** - O modelo da abertura incondicional é justificado em nome da concorrência, que traria benefício para os consumidores.

**Miragaya** - Acontece que, desprotegendo a indústria nacional, você gera desemprego aqui dentro, por causa da concorrência de fora, as empresas retraem a produção e vão diminuir. O crescimento brasileiro vem caindo desde 94, quando foi de 5%, até 0,5% em 98, e a previsão para 99 é de menos 2%. O País está andando para trás.

**GZMDF** - Que análise você faria na comparação do déficit comercial brasileiro ao déficit de países mais ricos?

**Miragaya** - Se a Inglaterra tem um déficit comercial elevado, ela tem um superávit de serviços altíssimo. Qualquer país central capta muitos recursos na forma de remessa de lucros e dividendos das empresas transnacionais, na forma de serviços financeiros, de seguros. O Brasil, como qualquer país periférico, tem uma balança em serviços historicamente deficitária. Para financiar os dois déficits - o comercial e o de serviços - vem dinheiro de fora, mas como investimentos especulativos, em sua maior parte. Investimentos que vêm mas voltam, porque ninguém doa nada.

**GZMDF** - A dívida interna também deu um salto no governo Fernando Henrique.

**Miragaya** - E aí o governo é obrigado a desviar parcelas cada vez maiores do seu orçamento para financiamento dessa dívida interna. Então o governo está encalacrado nas duas frentes: no balanço das transações correntes na frente externa, e na frente interna, 35% da massa de recursos que o governo tem pra gastar é pra pagar os juros da dívida, sem levar em conta a rolagem. O modelo é esse, um modelo absolutamente frágil.

**GZMDF** - E qual a justificativa do governo?

**Miragaya** - A justificativa é que, no primeiro mandato, eles queriam manter a inflação decrescente. Toda a política era para manter a estabilidade do real. E isso virou a moeda para a reeleição. Com um detalhe. Essa inflação baixa não deriva só da política econômica obsessiva por uma inflação baixa. Existe a nível mundial uma forte pressão sobre os preços. É a crise da superprodução. A capacidade de produção do capitalismo cresceu a tal ponto, e a concorrência ficou tão acirrada, que pressiona os preços para baixo. Não há mais em nenhum lugar do mundo uma inflação como se tinha há dez anos atrás, de 2.000%, 3.000% ao ano, como tinham o Brasil, Israel, Argentina, Bolívia.

**GZMDF** - Quais alternativas o governo teria?

**Miragaya** - Poderia haver um pequeno sacrifício na taxa de inflação. Considerando que somos um país periférico, podemos conviver normalmente com uma taxa de inflação de 8% a 10% ao ano. Seria per-

feitamente normal.

**GZMDF** - E como mexer no modelo?

**Miragaya** - O ponto de partida seria equilibrar a balança comercial. Vai ter que mexer em interesses? Claro. Na política tarifária, por exemplo. O ex-ministro Rubens Ricupero diz que o Brasil tem uma das políticas mais liberais do mundo, se não a mais liberal dentro da Organização Mundial do Comércio. Não precisava ser assim. Poderia mexer na remessa de lucros e dividendos, estabelecendo parâmetros, limitando a remessa a 10% ou 20% do lucro, e o restante teria que ser reinvestido aqui dentro. Na área de turismo, encarecer um pouco a saída dos brasileiros para o exterior. Vai prejudicar o camarada que vai de três em três meses pra Miami, mas o que está em jogo é a economia do país como um todo. Em relação à dívida externa, poderia haver uma renegociação no sentido de reduzir o montante de pagamento dos juros.

**GZMDF** - Na sua opinião, quem é que está com a razão: Itamar Franco ou os governadores aliados do presidente?

**Miragaya** - Há uma certa dose de mágoa do Itamar, o que atrapalhou um pouco o processo. Mas a posição dele está correta. Mesmo que do ponto de vista da responsabilidade do governante possa parecer um desastre, por outro lado, um governante tem a responsabilidade primeira de dar uma boa condição de vida para o seu povo. É pra isso que ele foi eleito. A contrafase dessa dívida são megainvestidores, e ninguém vai morrer de fome por conta disso.

**GZMDF** - O governador mineiro foi crucificado nesse episódio?

**Miragaya** - O erro dele foi querer se projetar como uma liderança da oposição. O próprio PMDB é base de sustentação do governo. Além disso, o atual presidente é cria dele, a política econômica não é diferente em essência da do tempo dele, a diferença é na dosagem. Itamar não tem autoridade para se arvorar como grande liderança da oposição.

**GZMDF** - A renegociação constante das dívidas estaduais não atrapalha o ajuste fiscal?

**Miragaya** - Atrapalha. Mas uma coisa que não está sendo discutida é a capacidade de pagamento dos governos. Numa situação de uma economia em pequeno crescimento, onde pelo menos a receita em termos reais se mantém estável, seria razoável se pensar no comprometimento da receita de estados e municípios da ordem de 5%, estourando 10%. Mas muitos acordos estabelecem 15% de comprometimento da receita, numa situação onde a receita está caindo, porque o país está em recessão, e a capacidade de arrecadação cai.

**GZMDF** - A engenharia do ajuste fiscal está atrelada também ao modelo de desenvolvimento?

**Miragaya** - Ela está dentro do modelo. Por exemplo, o governo estabelece como objetivo gerar um excedente comercial de 2,8 bilhões de dólares em 99. Só que não tem uma linha dizendo como vai fazer isso. A mesma história com a redução dos juros. Na verdade o governo está enganando a si mesmo. Logo depois da eleição, a previsão deles, sempre otimista, era de que agora em janeiro já teríamos uma certa estabilidade, visível queda na taxa de juros, recuperação da

atividade econômica. O que a gente está vendo é justamente o oposto. Estamos vivendo o caos que diziam que viria se Lula fosse eleito. Cada vez mais o País está afundando. Por que? Porque se estabelece metas irre realizáveis.

**GZMDF** - Essa foi a primeira experiência de reeleição. Você acha que os próximos candidatos à reeleição deveriam se afastar do cargo?

**Miragaya** - Claro. Eu sou fundador do PT no Rio de Janeiro, e achei absurdo que, aqui em Brasília, o governador Cristovam não tivesse se licenciado. Passada a reeleição na Câmara, o partido foi contra a permanência no cargo. Cristovam afrontou a democracia. Deixou de lado os princípios do partido.

**GZMDF** - Qual sua expectativa em relação ao governo Joaquim Roriz?

**Miragaya** - A possibilidade de realização de um governo estadual está muito limitada pela política nacional. O erro de Cristovam, por exemplo, foi não ter dito que a culpa do desemprego era da política econômica nacional.

**GZMDF** - Mas o novo governador é aliado do presidente...

**Miragaya** - Roriz pode cair na mesma armadilha. Ele assumiu dizendo que ia gerar 150 mil empregos. Onde? Ele não pode tirar empregos da cartola. Como no Distrito Federal o setor público responde por 50% do rendimento da população, como é que o comércio e os serviços vão empregar gente? Por outro lado, a capacidade arrecadadora do GDF está comprometida. Então, em termos de investimentos sociais, também não dá para se esperar muita coisa. Minha expectativa é que seja um governo de dificuldades. Como ele se elegeu prometendo o melhor dos mundos, vai ser também um governo de frustração.

**GZMDF** - Quais as perspectivas para a economia em 99?

**Miragaya** - Em 98 o crescimento foi de 0,5%, o desemprego nas grandes metrópoles na faixa de 15%, renda familiar estável, já com uma pequena tendência de decréscimo no final do período, e inflação baixíssima. Em 99, a expectativa é de um crescimento de menos 2%, o desemprego aumenta - para manter a taxa de desemprego estável o país precisaria crescer pelo menos de 4% a 5%, que é o crescimento da produtividade em função do desemprego tecnológico. A renda familiar tende a cair, pela recessão e pelo chamado "exército de reserva" provocado pelo desemprego; vai ter uma legião de pessoas dispostas a trabalhar por menos, aumentando a rotatividade do mercado de trabalho.

**GZMDF** - E a inflação?

**Miragaya** - Numa situação como essa, a inflação tende a se manter baixa. Principalmente porque teremos menos dinheiro no mercado para ser gasto. O comerciante vai ter que contrair sua margem de lucro para atrair o comprador.

**GZMDF** - A atual recessão está apenas começando?

**Miragaya** - Algumas pessoas dizem que essa recessão não dura menos que três anos, já considerando meados de 98. Portanto, até meados de 2001 esse quadro não deve mudar. Mas como a economia alterna ciclos de recessão e crescimento, graças à capacidade instalada existente, mesmo sem investimento, a tendência é de uma recuperação forte. Quem sabe em 2001, 2002, pode estar vindo um período de recuperação da economia.